

--- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM, REALIZADA NO DIA UM DE JUNHO DE DOIS MIL E SEIS.** ----

--- Ao dia um do mês de Junho do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, na Sociedade Recreativa Operária do Vale de Santarém, na freguesia do Vale de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

--- **Ponto Único**—ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DO CONCELHO DE SANTARÉM. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças: -----

--- António Júlio Pinto Correia, Maria Alecta Marques Cardoso Rocha Matias Ferreira, Aires Manuel Gaspar Duarte Lopes, Ana Isabel Gonçalves Garcia, Ana Marta Anacleto Rodrigues, Ana Raquel da Costa Mateiro, Anabela Maria Pimpão dos Santos Rato, António Miguel Moura Pires, Carla Patrícia Lopes Neto, Carlos Alberto da Silva Oliveira, Eugénio Baêta Ribeiro Pisco, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, Helder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz, João Francisco Ferreira Teixeira Leite, João Gabriel de Sousa Campos Cabral, João Miguel da Silva Lucas, Lúcia Jesus Vieira Jorge Castro da Mata, Luís Alberto Ferreira Leitão, Luís Filipe Fragoso Carvalho de Almeida, Luís Miguel da Conceição Piedade, Maria Helena Gaspar da Fonseca, Pedro Filipe Pedro de Oliveira Soares Malaca, Pedro Nuno Pimenta Braz, Ricardo Jorge Batista Filipe, Vicente Carlos Flor Batalha e Vítor Manuel Damas Pinto da Rocha. -----

--- **Presidentes de Junta:**-----

--- Ezequiel Azinheira Louro (Abrã), Joaquim Júlio da Luz Saramago (Achete), Manuel Joaquim Vieira (Alcanede), Joaquim da Silva Lucas da Graça (Amiais de Baixo), Luís Miguel Santana Justino (Alcanhões), Basílio Duarte Oleiro (Arneiro das Milhariças), Edmundo da Silva Lima (Azoia de Baixo), Luís Manuel Madeira Mena Esteves (Azoia de Cima), Diamantino Carvalho Vicente (Casével), Joaquim Manuel Gaspar Aniceto

(Gançaria), Manuel Porfírio Dantas da Costa (Marvila), Francisco José Viegas Santos (Pernes), Manuel João Narciso Bonifácio (Pombalinho), José António Coelho Madeira (Póvoa da Isenta), Eurico Manuel Carta Ribeiro (Póvoa de Santarém), Luís Miguel Veiga da Silva (Romeira), Fernando Mendonça Rodrigues (Santa Iria da Ribeira de Santarém), Luís Maria Severino Arrais (S. Nicolau), Abílio Manuel Mota Ribeiro (S. Salvador), Ricardo Luís da Costa (S. Vicente do Paúl), Manuel de Oliveira da Silva Cordeiro (Vale de Figueira), George Nuno Dias de Moura Nunes d' Almeida (Vale de Santarém), Firmino Joaquim Prudêncio d' Oliveira (Vaqueiros) e José António Guedes Coelho Aniceto (Várzea). -----

--- Justificaram as suas ausências: -----

--- Adelino José Ribeiro da Cruz, Dúnia Rosale Entrudo Viegas da Palma, José Ilídio da Fonseca Freire – Presidente da Junta de Freguesia de Abitureiras, Vítor Manuel de Almeida Garcia Alves – Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, Carlos Manuel Beirante Gomes Beja – Presidente da Junta de Freguesia de Moçarrria e Diamantino Cordeiro Duarte – Presidente da Junta de Freguesia de Tremês. -----

--- Solicitaram a sua substituição, nos termos da Lei e do Regimento, os senhores Carlos Manuel Luís Catalão (PS), João Luís Madeira Lopes (CDU), José Francisco Pereira Gandarez (PSD), José Luís Marques Cabrita (CDU), Leonel de Matos Martinho do Rosário (PS), Luís Filipe Piedade Valente (PSD), Nuno Rafael Marona de Carvalho Serra e a senhora Maria Fernanda Roque do Rosário Azoia (PSD) -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- Francisco Maria Moita Flores, Rui Pedro de Sousa Barreiro, Ramiro José Jerónimo de Matos, Manuel António dos Santos Afonso, Mário José Rodrigues dos Santos, Henriqueta da Graça Pereira Carolo, José Marcelino, Lúcia Corujo Reis Batalha e Luís Manuel da Graça Batista. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, verificando a identidade e legitimidade dos senhores **Ricardo Jorge Batista Filipe** e **Carlos Alberto da Silva Oliveira**, que tomaram posse para ocupar o

lugar dos senhores Nuno Serra e José Luís Cabrita, respectivamente.-----

--- De seguida, deu-se início ao Período da Ordem do Dia com o **Ponto Único – Análise da Problemática das Crianças e Jovens em Risco do Concelho de Santarém.** -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos, em especial do Dr. Valter dos Santos Batista, Procurador Adjunto da Comarca de Santarém, Dr.^a Raquel Rolo, Auditora de Justiça Estagiária, Professor Eliseu Raimundo, Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém e Dr.^a Maria José, Técnica de Acção Social da Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Depois, o senhor **Vicente Batalha** proferiu a seguinte intervenção:-----

--- “Permitam-me que expresse a minha dupla satisfação pela realização desta sessão extraordinária e descentralizada, ambas propostas que apresentei, e que a Assembleia Municipal fez suas. Estamos aqui no cumprimento dessas deliberações, o que muito me apraz registar.-----

--- Neste dia especial, em todo o mundo dedicado à Criança reveste-se de especial simbolismo, importância e significado que, no concelho de Santarém, os eleitos reflectam sobre a situação de risco das suas crianças e jovens, participem e se envolvam na procura de soluções específicas para, se não resolver, pelo menos reduzir e minorar os danos pessoais e sociais, e criar condições para os evitar. -----

--- Aliás, penso que a acção dos autarcas tem por objectivo a qualidade de vida das populações, e que o traço social é dominante e condição *sine qua non*, pois, só num quadro de satisfação das necessidades básicas da pessoa humana, a situação de perigo das crianças e jovens diminui e se torna outra, diferente. Para isso, todos juntos temos que dar tudo por tudo. Sinto que, hoje com a abertura alargada da análise desta problemática, entramos no nervo e cerne do nosso papel e acção de eleitos, representantes da população, com voz e intervenção.-----

--- Por outro lado, a realização desta sessão extraordinária da Assembleia Municipal no Vale de Santarém, é outro motivo a sublinhar. Neste mandato é a primeira reunião descentralizada pelo que aproveito a oportunidade para saudar a vila do Vale de Santarém, os seus eleitos da Junta e da Assembleia de Freguesia, e a sua população, que

teve sempre o trabalho como lema, e saudar esta colectividade, a Sociedade Recreativa Operária, que nos acolhe. É certo que, apesar de todas as dificuldades, incompreensões e contradições, ainda é o movimento associativo que consegue ter instalações e que faz mover a vida social das nossas freguesias.-----

--- Destaco a posição e importância privilegiadas do Vale de Santarém, e o seu futuro promissor, no contexto do concelho, a cultura tradicional e popular das suas gentes, e os escritores que lhe estão ligados, e cito, Luís Augusto Rebelo da Silva e o grande Almeida Garrett das inesquecíveis *Viagens na Minha Terra*. Sublinho, com interesse e disponibilidade, o honroso convite que o senhor Presidente da Junta me fez recentemente com vista à organização de umas Jornadas Garreteanas, no Vale de Santarém. É uma ótima iniciativa, que aplaudo e apoiarei. -----

--- Porque as terras são feitas com pessoas, o Vale de Santarém tem felizmente muitos e muitos filhos ilustres. Mas, permitam-me que evoque uma figura dos nossos dias, a nossa amiga Eulália Teigas Marques, que o Vale viu nascer, que dançou no seu Rancho Folclórico, que muito o amou e lhe deu, como ao concelho de Santarém, que desinteressadamente serviu, e cujas cinzas passou a acolher no seu Cemitério desde o passado dia um de Maio. Aqui lhe deixo, e sempre, o meu preito de gratidão e a minha saudade.-----

--- Termino com as palavras de Garrett ao Vale de Santarém da *Joaninha dos Olhos Verdes*, cuja memória a fonte ainda hoje canta no coração da vila: -----

--- *Um dos mais lindos e deliciosos sítios da terra é o Vale de Santarém, pátria de rouxinóis e das madressilvas, cinta de faias belas e de loureiros viçosos. O Vale de Santarém é um destes lugares privilegiados pela natureza, sítios amenos e deleitosos em que as plantas, o ar, a situação, tudo está numa harmonia suavíssima e perfeita; não há ali nada grandioso nem sublime, mas uma simetria de cores, de sons, de disposição em tudo quanto se vê e se sente, que não parece senão que a paz, a saúde, o sossego de espírito e o repouso do coração devem viver ali, reinar ali um reinado de amor e benevolência. As paixões más, os pensamentos mesquinhos, os prazeres e as vilezas da vida não podem fugir para longe.* -----

--- E é dentro desse espírito bom, desta atmosfera boa do Vale de Santarém cantado por Garrett que, estou certo, vão decorrer de forma profícua os trabalhos da Assembleia Municipal neste Dia Mundial da Criança. -----

--- Que assim seja!”.-----

--- Seguidamente assistiu-se a um espectáculo protagonizado por crianças sobre o Dia Mundial da Criança. -----

--- Retomados os trabalhos, foi dada a palavra ao senhor **Procurador Adjunto da Comarca de Santarém** que começou por referir o artigo setenta e nove da Constituição da República Portuguesa que tem como epígrafe a infância. -----

--- Salientou que a actual Lei de protecção das crianças e jovens em risco é um marco no nosso regime democrático que veio alterar por completo os procedimentos em relação a esta matéria, sublinhando que os tribunais passaram e bem, em seu entender, a estar na última linha relativamente à protecção das crianças passando as comissões de protecção a actuar em primeira instância. -----

--- Destacou ainda que este diploma veio permitir a participação de cidadãos e das instituições na temática das crianças e jovens em risco. -----

--- A seguir, usou da palavra a senhora **Auditora de Justiça Estagiária** considerando que as crianças são o património de valores de uma nação, mas toda elas estão dependentes do investimento que a família e a sociedade fazem no seu crescimento. No entanto, nem sempre a humanidade sufragou este entendimento, nem concedeu à criança a importância vital que hoje lhe é reconhecida no seio da comunidade.-----

--- Referiu que a legislação portuguesa acompanhou a evolução que se registou nos países ocidentais, salientando que o direito à protecção exige-se quando uma criança se encontra em perigo pois a sua situação está desequilibrada e desajustada, pretendendo-se que o seu desenvolvimento físico, moral e psíquico ocorra de forma harmoniosa, num ambiente familiar afectivo, educativo e responsável, sem descontinuidades graves, de modo a tornar-se num cidadão de corpo inteiro e capaz de atingir o objectivo de qualquer ser humano: a felicidade.-----

--- O tribunal, segundo disse, apoia-se em factos concretos na concretização do interesse

da criança que determine uma solução justa e adequada ao caso. Não obstante, a eficácia concreta das decisões judiciais é limitada. Apesar da consagração legal do respeito pelo princípio fundamental do interesse superior da criança, é necessário criar formas de actuação interdisciplinar e interinstitucional para assegurar uma maior rapidez de intervenção. -----

--- Sublinhou que o regime jurídico de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo preconizou, para situações deste tipo, um sistema de intervenção essencialmente protectora assente na solidariedade social e visando prevenir situações de delinquência. -

--- Destacou que ao longo dos últimos anos temos assistido a um aumento de casos de crianças maltratadas referenciadas às autoridades, contudo, isso não significa um acréscimo dos casos de maus tratos, mas antes de um acórdão cívico.-----

--- Afirmou ainda haver uma dolorosa caminhada para tornar operativo o sistema, e cada caso de maus tratos revelado adequadamente e encaminhado consubstancia mais um passo importante nesse sentido. -----

--- Em suma, considerou, que a eficácia do sistema de promoção de direitos da criança e da protecção só poderá aferir-se em função das respostas que qualitativa e quantitativamente o Estado, enquanto Comunidade, for capaz de dar e pôr em prática. E se é verdade que se verifica um desfasamento entre a amplitude e o debate teórico sobre os direitos das crianças e os limites dentro dos quais se processa a efectiva protecção dos mesmos, tal desfasamento só é ultrapassável se houver vontade política nesse sentido e se cada um de nós, enquanto cidadãos, nos empenharmos em contribuir para melhorar os pedaços de vida que vão cruzando o nosso caminho. -----

--- Interveio, depois, o senhor **Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém** que agradeceu a oportunidade que é dada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém (CPCJ) para estar presente nesta digníssima Assembleia de forma a poder informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoios sempre que estes conheçam especiais dificuldades. Este agradecimento é tanto maior pelo facto desta digníssima Assembleia ter, neste Dia Mundial da Criança, destinado esta reunião para a abordagem das problemáticas que

envolvem as nossas crianças.-----

--- Referiu que para minorar os riscos por que passam as nossas crianças torna-se absolutamente necessário que a sociedade colabore na prevenção e na sinalização de casos de maus tratos e tratamento negligente de crianças e jovens; é importante uma maior e melhor participação das chamadas forças vivas da comunidade na defesa da infância e juventude e que exista um dialogo profícuo entre as diversas instituições, de forma a que, cada vez mais, se ultrapasse a ética do pobrezinho e que se devolva uma ética de serviço aos outros, da atenção aos mais vulneráveis, nomeadamente as crianças.

--- Salientou que, numa altura em que muito se fala de desenvolvimento económico, há que ter presente que sem uma infância de qualidade, porque as crianças são o presente e são o futuro do País, não teremos um País desenvolvido; defendermos as nossas crianças é defendermos o futuro, pelo que se torna necessário e importante desenvolver uma cultura de prevenção primária, que ainda não existe, pelo menos de uma forma generalizada.-----

--- Proseguiu, fazendo uma apresentação resumida do que é a CPCJ e como é que a mesma intervém, assim como do relatório da referida Comissão referente ao ano de dois mil e cinco.-----

--- Concluiu, manifestando a sua disponibilidade para responder às questões que acharem por bem colocar.-----

--- Retomou a palavra o **Procurador Adjunto da Comarca de Santarém** para clarificar quais os procedimentos a tomar quando os pais não dão autorização para as CPCJ intervirem, referindo que os processos têm de ser remetidos para o Ministério Público que, por sua vez, analisa se a criança está em risco ou não, procedendo de acordo com a gravidade da situação.-----

--- Proseguiu-se o debate com as intervenções das senhoras **Alecta Ferreira** e **Carla Neto** e dos senhores **Aires Lopes, Vicente Batalha, João Lucas, Luís Almeida** e **Pedro Malaca**.-----

--- Todas as intervenções foram atravessadas de grande preocupação relativamente à problemática das crianças e jovens em risco, dado tratar-se de uma questão bastante

delicada. Foram ainda relatadas algumas experiências vividas, assim como colocadas diversas perguntas no tocante aos procedimentos a tomar pelas diferentes instituições aquando necessário intervir no terreno. -----

--- A senhora **Idália Moniz** saudou as crianças que leram o poema sobre o direito consagrado das crianças. -----

--- Referiu que Portugal acompanha junto das instâncias internacionais todos os desenvolvimentos em matéria dos direitos das crianças, salientando que as questões das crianças não são apenas um problema do nosso país. -----

--- Disse acreditar no modelo de protecção das crianças e jovens em vigor desde que a respectiva legislação seja cumprida. -----

--- Prosseguiu, fazendo um balanço sobre o trabalho das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens, referindo existirem comissões que se debatem com graves problemas logísticos que põem em causa o seu bom funcionamento. Salientou que a CPCJ de Santarém funciona muito bem. -----

--- Concluiu falando dos problemas de adopção, destacando que muitas das crianças para adopção não são aceites pelos casais que pretendem adoptar uma criança. -----

--- A seguir, interveio o senhor **Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Santarém**, afirmando que sempre teve a colaboração de todas as instituições no apoio às situações que ocorrem com crianças. Considerou ser importante também realçar que existem muitos bons pais, referindo que teve a oportunidade de constatar isso na “ExpoCriança”, e que nem tudo é mau. -----

--- Salientou existirem crianças que não estão abandonadas fisicamente mas estão abandonadas por dentro o que é muito mais inquietante, sublinhando que todos dias ocorrem situações preocupantes. -----

--- Referiu a necessidade urgente de regulamentar a Lei cento e quarenta e sete/noventa e nove, para que a educação e formação parental prevista possa ser aplicada quando a Comissão adopta uma medida de punição e protecção, salientando relativamente aos processos reabertos que a Comissão apenas pode ter o processo em seu poder durante dezoito meses. -----

--- Concluiu, sublinhando a importância de divulgar junto das populações que são as comissões de protecção, afirmando que o trabalho destas comissões não é tirar os filhos aos pais.-----

--- Usou da palavra o senhor **Procurador Adjunto da Comarca de Santarém** considerando que no dia em que for necessário uma Lei a dizer que os pais são obrigados a amar e a tratar bem os filhos, já não haverá nada a fazer. -----

--- Referiu que caso não houvesse o problema da efectividade das leis Portugal tinha das melhores legislações do mundo, sublinhando que a Lei de protecção das crianças e jovens em risco é um excelente diploma. -----

--- Destacou que quando existe o risco de vida para a criança a mesma é retirada aos pais e colocada numa instituição, sublinhando que esta medida tem de ser ratificada em tribunal no prazo de quarenta e oito horas. -----

--- Falou do poder paternal nos casos de divórcio ou de separação, salientando que na maioria das situações os filhos são entregues às mães, depois de uma conferência de pais, informando em relação às pensões de alimentos que os acordos nem sempre são fáceis, havendo pais que se desempregam para não ter que pagar a referida pensão aos filhos porque entendem que a mesma não é para eles.-----

--- Foi dada a palavra, depois, ao senhor **Presidente da Câmara** que referiu ter tido a oportunidade de, juntamente com o Dr. Laborinho Lúcio, fazer parte de um grupo que acabou com a discriminação entre rapazes e raparigas no tocante à violência sexual. -----

--- Considerou que o direito de cidadania das crianças passa também pela discussão dos nossos direitos de cidadania, enquanto elementos singulares deste estado democrático após o vinte e cinco de Abril.-----

--- Contou a história de uma mãe que teve um filho que entrou na toxicod dependência com quinze anos, que passou por todo o percurso de um toxicod dependente. Mas ela nunca desistiu desse filho conseguindo que ele abandonasse aquele flagelo ao fim de doze anos. Acrescentou que essa mãe ao ser questionada em relação ao que faria se pudesse voltar atrás lhe afirmou: dava-lhe um amor firme. -----

--- Referiu que as crianças são um bem escasso, porque cada vez nascem menos e

corremos o risco de não sermos capazes de as amar com firmeza porque, no seu entender, somos excessivamente paternalista. -----

--- Afirmou que as novas evoluções tecnológicas que atravessam o nosso quotidiano nos estão a atirar para um problema que é a infância poder vir a ser solidão, salientando ser importante recuperar as relações de solidariedade vertical, designadamente avô, pai, criança, concluiu.-----

---Esgotada a Ordem de Trabalhos e nos termos da Lei e do Regimento, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo usado da palavra a senhora **Alexandra Batista** que considerou o exemplo dado por esta Assembleia de louvar, referindo que há muito que esperava esta sensibilidade por parte dos senhores deputados municipais. -----

--- Terminado o debate, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a todos os presentes o excelente contributo dado a esta Assembleia. -----

--- Eram zero horas e vinte minutos, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia. -----

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----